

# RESSIGNIFICANDO MATERIALIDADE EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: LIÇÕES DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

## Introdução

Relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados (financeiros, ambientais e sociais) ou relatórios de responsabilidade social corporativa, ou ainda relatórios de governança, social e ambiental (ESG) vêm sendo adotados por pelo menos 95% das maiores empresas de capital aberto em nível global (EDGLEY, JONES E ATKINS, 2015). Na essência desses documentos, o conceito de materialidade impõe-se como uma categoria que expressa um conjunto de informações a ser disponibilizada publicamente, cuja completude e exatidão são fundamentais para a tomada de decisão por parte dos *stakeholders* (SEELE, 2016). Apesar da origem desse conceito estar enraizada no setor financeiro, expressando o imperativo de não omissão de informações essenciais para posicionamento dos acionistas e de faixas aceitáveis de erro na divulgação de informações, possibilitando uma tomada de decisão com o mínimo de incerteza possível, o conceito de materialidade ainda é bastante flexível e aberto a interpretações.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), resultado da mobilização de forças políticas e sociais nos Estados Unidos, para institucionalizar, a partir da década de 1960 do século XX, a avaliação de impactos de atividades humanas com significativo potencial de modificação do meio natural (físico e biótico) e do meio socioeconômico, ganhou expressiva adesão em mais de cem países ao longo dos últimos 50 anos. Apesar do robusto corpo de conhecimentos disponibilizado pela evolução do EIA e das formas de avaliação da sustentabilidade evocadas com a sua evolução (BOND, MORRISON-SAUNDERS E HOWITT, 2013), as contribuições desse tipo de estudo para o universo dos relatórios de sustentabilidade corporativa e afins (relatórios integrados, ESG etc.) não são devidamente investigadas na literatura acadêmica.

Portanto, o objetivo deste estudo é revisar criticamente conceitos e procedimentos da avaliação de impacto tradicional e analisar como esses conceitos podem contribuir para ressignificar os conceitos de materialidade que guiam os relatórios de sustentabilidade e afins. A principal limitação do estudo é a exclusão da literatura recente sobre “dupla materialidade”, por ser este um conceito recentemente introduzido como prática nas organizações (a partir de 2024) na União Europeia. Devido a tal especificidade, a dupla materialidade será objeto de outra análise, dada a sua maior complexidade e ao fato de o presente estudo ter natureza exploratória.

## Fundamentação teórica

Parte-se, por um lado, da tradição teórico-metodológica do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do significado de impacto ambiental, com as consequentes análises desses impactos para os meios físico, biótico e antrópico e seus respectivos procedimentos (IAIA, 1999); e, por outro lado, de uma revisão crítica do conceito de materialidade desde sua tradição na área de finanças (EDGLEY, JONES E ATKINS, 2015; SEELE, 2016; LAI, MELLONI E STACCHEZZINI, 2017) até as recentes revisões que trazem uma compreensão mais abrangente e de perspectiva social desse conceito (FORMISIANO, FEDELE E CALABRESE, 2018; JØRGENSEN, MJØS, E PEDERSEN, 2022).

Nas diretivas sobre o EIA, a Associação Internacional de Avaliação de Impactos (IAIA, 1999) estabelece a necessidade de a avaliação de impactos assegurar explicitamente que as considerações sobre o meio ambiente e a conservação de sua qualidade sejam incorporadas a decisões sobre empreendimentos de significativo impacto - sendo esse tipo de impacto o que altera as propriedades químicas, físicas ou biológicas do meio ambiente. Ao

considerar um projeto de desenvolvimento, a IAIA preconiza que sejam antecipados os resultados adversos prováveis e que sejam providas alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável (durável no tempo e equânime quanto à distribuição dos benefícios). Além disso, o EIA deve ser rigoroso, propositivo, prático na aplicação, considerar as relações de custos e benefícios, proporcionar a participação das partes envolvidas, promover a credibilidade e a transparência em seus processos (IAIA, 1999).

Operacionalmente, o EIA deve considerar aspectos como saúde, cultura, a igualdade de gênero, estilo de vida e efeitos cumulativos dos impactos. A inclusão desses aspectos é particularmente relevante e se estende para diversas jurisdições. As diretrizes da avaliação de impacto deixam clara a necessidade de se considerarem os impactos à saúde e às condições estéticas e sanitárias do meio ambiente. Ou seja, para seguir a tradição internacionalmente reconhecida, a avaliação de impacto não pode prescindir de uma visão global de saúde (IAIA, 1999).

Já no contexto organizacional, especialmente das companhias de capital aberto, os relatórios de sustentabilidade e afins têm como diretriz o desdobramento da ideia de materialidade como significando o tipo de informação - relevante e precisa - para guiar corretamente a decisão do investidor. Essa ideia de materialidade tem ressonância em coalizões de investidores como o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e *Financial Accounting Standards Board* (FASB), conforme reportam diversos autores (SEELE, 2016; LAI, MELLONI E STACCHEZZINI, 2017; FORMISIANO, FEDELE E CALABRESE, 2018).

Conforme Edgley, Jones e Atkins (2015), o conceito de materialidade estendeu-se para as áreas ambiental e social como forma de abertura de informações relativas principalmente ao uso de recursos naturais (água) e insumos (energia) pelas empresas, e às externalidades de suas atividades (emissões de carbono). Ao ser oficialmente adotado pela organização não-governamental *Global Reporting Initiative* (GRI) em seus padrões de relatos de sustentabilidade, no final dos anos 1990, o conceito de materialidade ganhou uma dimensão mais complexa e fluida por incluir não somente as questões financeiras, mas aspectos socioambientais sob a perspectiva de uma pluralidade de *stakeholders*. Dessa forma, a materialidade passou a ser compreendida como uma forma de alinhar estratégias corporativas e relatos de desempenho financeiro, ambiental e social (EDGLEY, JONES E ATKINS, 2015).

No entanto, a compreensão da materialidade, ao ser direcionada à esfera social e à influência do entendimento e dos comportamentos das múltiplas partes, trouxe uma variedade de representações e operacionalizações, levando à falta de uniformidade e ao consequente problema da incomparabilidade dos relatórios (Seele, 2016). Lai, Melloni e Stacchezzini (2017, p. 534) observam que “materialidade é um conceito multifacetado” que se modifica com o tempo e com o contexto (financeiro e não financeiro).

Apesar de tentativas de sistematizar etapas para a definição de materialidade por organizações como *Accountability* (SEELE, 2016) e da iniciativa do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), criado em 2011, de oferecer *frameworks* para avaliação de materialidade para diferentes setores industriais, isso ainda é um desafio. Puroila e Mäkelä (2019, p. 1049) explicam que “as atuais práticas de definição de materialidade enfrentam críticas de serem baseadas em métodos tecnicamente estreitos e de favorecer o entendimento hegemônico de sustentabilidade”. Para Beske, Haustein e Lorson (2020), a avaliação da materialidade é extremamente concisa e pode mascarar dados ao agregá-los excessivamente. Isso acontece à medida que são cruzados os dados considerados materiais para múltiplos *stakeholders* com a significância desses dados sob a perspectiva ambiental, social e econômica.

## Metodologia

O presente estudo oferece uma revisão crítica da literatura acadêmica sobre materialidade em relatórios de sustentabilidade corporativa à luz das diretrizes da tradição da avaliação de impacto ambiental. Para isso, foram buscados estudos específicos sobre o conceito e a evolução de materialidade, tendo sido identificados 48 artigos nas bases de dados *Science Direct* e *Web of Science*, após a eliminação de referências duplicadas e incompletas.

Foram selecionados sete artigos cujo conteúdo principal traz extensiva dissertação sobre o conceito de materialidade, sua evolução e problematização. Não foram considerados estudos sobre setores específicos. Essa análise foi feita à luz das diretrizes da avaliação de impacto e de como as diretrizes do EIA podem contribuir para tornar mais propositiva, completa e inclusiva a questão da materialidade. Para a revisão crítica, foi adaptado o método de revisão crítica de Davies (2022).

Conforme o método, a revisão crítica envolve a leitura e a discussão do material coletado em grupo de pesquisa, onde cada integrante anota os pontos críticos e os discute com o grupo. Esse procedimento foi realizado no âmbito de uma disciplina de pós-graduação intitulada Avaliação Ambiental Estratégica e Mudanças Climáticas no Contexto das Organizações. Durante duas semanas, em setembro de 2025, um grupo de cinco pesquisadores analisou e discutiu os artigos selecionados sob a ótica da avaliação de impactos, debatendo como as diretrizes do EIA poderiam contribuir para o posicionamento da materialidade.

## Análise e discussão dos resultados

O Quadro 1 resume as principais críticas identificadas a respeito do conceito de materialidade e as sugestões de revisão no entendimento desse conceito a partir de princípios e diretrizes do EIA.

Quadro 1 - críticas e sugestões à materialidade

Críticas	Autores	Sugestões a partir do EIA
A materialidade dos relatórios é conflitante: as lógicas dos diferentes profissionais e de governos são diferentes. A expressão da materialidade é restrita a aspectos de sustentabilidade, trazendo apenas indicadores de desempenho do uso de recursos naturais (ex.: consumo de água, energia).	Edgley, Jones e Atkins (2015)	O EIA deve considerar políticas, planos e programas de governo, o que auxiliaria a melhor guiar os temas materiais relevantes, alinhando a materialidade das empresas com propósitos estratégicos de desenvolvimento. Indicadores melhor qualificados e monitoráveis no tempo poderiam ser criados a partir desse alinhamento.
Relatórios são pouco padronizados em sua linguagem e métodos, o que prejudica a comparabilidade e a tentativa de benchmarking.	Seele (2016)	Os procedimentos de diagnóstico ambiental, definição de áreas de influência direta e indireta e elementos dos meios físico, biótico e socioeconômico a serem considerados na avaliação podem ajudar a delimitar a materialidade nos relatórios.
A materialidade é uma ideia em transição e está cada vez mais sendo articulada na interpretação	Lai, Melloni e Stacchezzini (2017)	A adoção de <i>frameworks</i> de avaliação da sustentabilidade para apoiar a avaliação de impactos

dos <i>stakeholders</i> , mas há conflito entre qualidade e quantidade da informação considerada material.		pode auxiliar a estabelecer um número significativo e razoável de indicadores em dimensões procedurais e transactivas da sustentabilidade (BOND, MORRISON-SAUNDERS E HOWITT, 2013).
A materialidade torna-se complexa à medida que se define pela sua capacidade de ser vista como algo que cria valor para o negócio.	Formisiano, Fedele e Calabrese (2018)	A avaliação de impactos positivos, além de negativos, prevista na avaliação de impactos, pode apoiar a geração de valor. Especialmente a ideia de valorizar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, expressa nas diretrizes do EIA, poderia ser expressa como um objeto de criação de valor social.
A materialidade ressent-se de processos rastreáveis e transparentes e da falta de abertura e divulgação de informações detalhadas.	Beske, Haustein e Lorson (2020)	A avaliação de impactos tradicional prevê um roteiro sistemático, transparente e rigoroso, mas aberto à participação e flexível, para descrever o ambiente, identificar, mensurar e acompanhar os impactos ambientais, sociais e econômicos.
Enquanto a materialidade estabelecida pelo GRI compilou muitas informações de naturezas diversas e as agregou, além de ter agregado as visões de diferentes <i>stakeholders</i> em uma matriz, a materialidade estabelecida pelo SASB limitou-se ao que é impactante ou material para a companhia e para os <i>stakeholders</i> , indistintamente.	Jørgensen, Mjøs, e Pedersen (2022)	A avaliação de impacto ambiental, por meio das diretrizes do EIA, permite distinguir a natureza do que é impacto (material) ao mesmo tempo em que permite dar voz a diversos atores (pluralismo).

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

### Considerações finais

Apesar de o conceito de materialidade ter evoluído especialmente na última década, no sentido de abranger tópicos ambientais e sociais e de incluir diversas partes interessadas na avaliação desses tópicos, a literatura acadêmica mostra que os relatórios de sustentabilidade, integrados, de responsabilidade social corporativa e ESG ainda não são rastreáveis, não justificam devidamente as escolhas dos tópicos materiais, dos *stakeholders* incluídos e das formas de agregar dados e informações para traduzir o que é relevante para a sociedade, para o meio ambiente e para a economia. Mostrou-se que as diretrizes e procedimentos da avaliação de impactos tradicional podem contribuir para qualificar a operacionalização da materialidade nesses relatórios. Destaca-se o potencial de inclusão de aspectos de saúde pública como meta a ser perseguida nesses relatórios, especialmente no contexto dos crescentes impactos das mudanças climáticas.

## Referências

BESKE, F., HAUSTEIN, E., LORSON, P.C. Materiality analysis in sustainability and integrated reports. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, V. 11, N. 1, 2020, 162-186. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-12-2018-0343>.

BOND, A., MORRISON-SAUNDERS, A.; HOWITT, R. Framework for comparing and evaluating sustainability assessment practice. In: Bond, A., Morrison-Saunders, A. and Howitt, R., (eds.) **Sustainability Assessment Pluralism, Practice and Progress**. Routledge, Taylor & Francis Group, Oxon, UK, 2013, 117-131. Disponível em: <https://researchportal.murdoch.edu.au/esploro/outputs/bookChapter/Framework-for-comparing-and-evaluating-sustainability/991005542701007891>.

DAVIES, M. Writing Critical Reviews: A Step-by-Step Guide. In: Davies, M. **Study Skills for International Postgraduates** (Second Edition) Edition: 2nd Chapter: 11 Publisher: Bloomsbury, 2022, 194-207.

EDGLEY, C., JONES, M.J., ATKINS, J. The adoption of the materiality concept in social and environmental reporting assurance: A field study approach. **The British Accounting Review** 47, 2015, 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.11.001>

FORMISIANO, V., FEDELE, M., CALABRESE, M. The strategic priorities in the materiality matrix of the banking enterprise. **The TQM Journal**, V 30, 5, 2018, 589-607. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/TQM-11-2017-0134>

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT (IAIA). **Principles of Environmental Impact Assessment Best Practices**, 1999. Disponível em: <https://www.iaia.org/wp-content/uploads/2025/05/Portugese-Principles-of-IA.pdf>

JØRGENSEN, S., MJØS, A., PEDERSEN, L.J.T. Sustainability reporting and approaches to materiality: tensions and potential resolutions. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, V. 13 N. 2, 2022, 341-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2021-0009>

LAI, A., MELLONI, G., STACCHEZZINI, R. What does materiality mean to integrated reporting preparers? An empirical exploration. **Meditari Accountancy Research**, Vol. 25, Issue: 4, 2017, 533-552. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2017-0113>

PUROILA, J., MÄKELÄ, H. Matter of opinion. Exploring the socio-political nature of materiality disclosures in sustainability reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, V 32 N 4, 2019, 1043-1072. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2016-2788>

SEELE, P. Digitally unified reporting: how XBRL-based real-time transparency helps in combining integrated sustainability reporting and performance control. **Journal of Cleaner Production** 136, 2016, 65-77 Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.102>